

A universidade aprendeu a contar: os saberes da experiência com o censo da população em situação de rua da cidade do Recife¹

The university learns to count: the census of the homeless population in the city of Recife

Otávio Augusto Alves dos Santos*
Raquel Aragão Uchôa Fernandes**
Juliana Alves de Andrade***
Humberto da Silva Miranda****

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar o desenho metodológico desenvolvido por um grupo de pesquisadores(as) da Universidade Federal Rural de Pernambuco e os primeiros achados da investigação censitária da população em situação de rua da cidade do Recife, sobretudo, por ser uma pesquisa que se diferencia da maioria das investigações sobre população em situação de rua, ao ser planejada e executada no diálogo entre universidade, lideranças do movimento nacional da população de rua e instituições que atuam com essa público. Para tal, iremos colocar em tela o percurso da investigação, propõe-se fazer uma breve descrição da metodologia e dos instrumentos utilizados para coleta de dados, bem como os protocolos empregados na etapa da pesquisa censitária, cuja finalidade foi compreender as dinâmicas dos diferentes territórios. Além disso, observa-se os desdobramentos dos dados censitários na formulação de políticas de acesso a renda, a moradia, a alimentação, a saúde, a educação e cultura. Nesse sentido, as reflexões sobre a pesquisa, permite que se reconheça o exercício científico e pedagógico realizado pela universidade para desenvolver estratégias e instrumentos de contagem de pessoas que vivem invisibilizadas e no limiar da dignidade humana.
Palavras-chave: População em situação de rua; Censo; Recife; Universidade pública

*Doutor em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Tutor do PET Conexões de Saberes/Comunidades Populares. E-mail: otavio.augusto@ufrpe.br

** Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: raquel.fernandes@ufrpe.br

*** Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: juliana.alvesandrade@ufrpe.br

**** Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: humberto.miranda@ufrpe.br

¹Este texto tem origem em um trabalho anteriormente publicado pelos próprios autores (Miranda et al, 2023)



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

Abstract: The objective of this article is to present the methodological design developed by a group of researchers from the Federal Rural University of Pernambuco and the initial findings of the census investigation of the homeless population in the city of Recife, research that was distinguished by the participation of social movements and institutions that work with this population. Based on the presentation of this action-research path, we propose to make a brief description of the methodology and instruments, as well as the protocols used in census research aimed at understanding the reality of this population. In addition, we present some of the results and their impacts on the field of public management, observing the consequences of these data in the formulation of policies for access to income, housing, food, health, education and culture. Thus, the reflections on the research in question allow us to recognize the scientific and pedagogical exercise carried out by the university so that a political literacy of society and its institutions can be achieved, challenging prejudices, stigmas, myths and bringing to light that which is sought at all costs to hide in urban social reality, and to which the discourse of so-called “invisibility” contributes.

Keywords: Homeless population; Census; Recife; Public University

Recebido em 18/10/2023. Aceito em 21/10/2025

INTRODUÇÃO

Não ter casa e tomar as ruas, marquises, praças, pontes e calçadas como lugar de morada não é algo novo, isso já perfaz a própria história das cidades. No entanto, o fenômeno “população em situação de rua” (PSR), com todas as implicações relacionadas ao campo das políticas públicas, sociedade e movimentos sociais é algo bastante recente. Na pandemia da COVID-19 e, principalmente, no pós-pandemia, esse fenômeno tomou proporções sociopolíticas e tornou-se uma pauta de amplo interesse e com pretensões variadas, desde as relacionadas à ampliação dos acessos e de direitos, campo ao qual se vincula a iniciativa dos censos, até as vinculadas ao variado espectro de ações higienistas, disciplinares e aporofóbicas presentes em nossa sociedade e instituições.

Em 2012, a partir de dados do Censo do Sistema Único da Assistência Social (CensoSuas), referente a 1.924 municípios brasileiros (com mais de 100 mil habitantes), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) estimou que havia cerca de 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil. Em março de 2020, esse número saltou para 221.869. Isso representou um aumento de 140% em apenas 8 anos. A pandemia ocasionou um aumento adicional de 38%, e os números chegaram a 281.472 pessoas ao final de 2022 (NATALINO, 2023). Tais números são por si só preocupantes, embora sejam bastante subestimados, uma vez que os dados se referem a apenas 35% dos municípios brasileiros, e não levam em consideração o grande contingente de pessoas que não estão cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Estima-se que apenas 47% da PSR esteja cadastrada no CadÚnico.

Assim, o número absoluto e as características sociodemográficas da PSR são pouco conhecidas, fato esse que contribui para sua invisibilidade e para ausência de um entendimento mais integral da complexidade deste problema social. A maior visibilidade e a disponibilidade suficiente de informações sobre determinado grupo social são requisitos fundamentais à elaboração de políticas públicas, meio através do qual é possível à promoção da cidadania. Sem isso, não é possível entender criticamente a natureza dos problemas sociais pelos quais atravessa e delinear as diretrizes e ações necessárias à sua superação.

Pelo fato de privilegiar o desenvolvimento de pesquisas domiciliares, isto é, baseadas nos domicílios existentes nos distritos censitários, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), responsável pelo Censo da população brasileira e por maior parte das estatísticas nacionais, até aqui não conseguiu construir uma metodologia capaz de retratar a PSR. Em que pese o Projeto de Lei nº 4498, de 2020², que obriga o IBGE a incluir a PSR no Censo, este grupo populacional ainda permanece parcialmente invisível. Em ocasião da realização do último censo demográfico, em 2022, houve ampla mobilização de atores e instituições que atuam junto a PSR no sentido de tentar auferir, ao menos parcialmente, alguns dados sobre este grupo populacional, a exemplo da tentativa de inserir uma questão ao formulário censitário questionando se alguém que vivia anteriormente naquele domicílio estava atualmente em situação de rua. Mas não obtiveram êxito.

No entanto, tratando de fenômeno com dimensões significativas na sociedade, com o intuito de atenuar tal invisibilidade, os governos municipais têm desenvolvido experiências de recenseamento de forma bastante exploratória, a partir de metodologias experimentais, seja mediante o aproveitamento da experiência e atuação dos/as trabalhadores/as da assistência social, seja pela contratação de empresas especializadas em pesquisa social, ou através da construção de parcerias com universidades públicas. Em alguns casos, os processos de construção das informações, assim como os dados gerados, têm sido alvo de críticas, seja porque não consideram a experiência e os saberes dos/as trabalhadores/as, dos/as ativistas e da própria PSR, seja porque os dados têm sido considerados irreais ou subestimados.

Em 2008, o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realizou a primeira pesquisa de caráter nacional, utilizando-se mais uma vez os dados do CensoSuas provenientes de 71 municípios brasileiros, incluindo algumas capitais (foram privilegiados os municípios com população superior a 300 mil habitantes). Os dados permitiram uma importante caracterização sociodemográfica da PSR, mas que resultou limitada, tendo em vista a pequena abrangência geográfica. Em resumo, a disponibilidade de informações sobre a PSR permanece um gargalo a ser superado.

O objetivo deste artigo é apresentar a trajetória metodológica e os primeiros resultados do Censo da População em Situação de Rua da cidade do Recife (Censo Pop Rua Recife), projeto esse que se diferenciou pela participação de sujeitos e instituições que atuam com a PSR, objetivando a construção solidária de informações. Este projeto se insere em um contexto local de avanços importantes no que diz respeito à promoção dos direitos da PSR, como a aprovação da Política Municipal de Atenção Integral à População em Situação de Rua (Lei municipal Nº 18.968, de 26 de julho de 2022) e a construção do Programa “Recife Acolhe”, cujo objetivo é promover a inclusão social da população mais vulnerável da cidade. Cabe destaque que Recife foi a primeira capital

² De autoria do Senador Fábio Contarato (Partido dos Trabalhadores), o referido projeto de lei se encontra desde agosto de 2021 no plenário do senado federal, aguardando sua apreciação e eventual aprovação. Ressalte-se que desde o início de 2019, a pedido da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, a justiça federal desse mesmo Estado determinou que o IBGE deveria incluir a PSR no Censo de 2020. A metodologia utilizada neste Censo, realizado ao final de 2022, tem considerado as casas improvisadas e barracas montadas na cidade, mas ainda tem o domicílio como principal referência estatística.

do país a sancionar a lei Padre Júlio Lancelotti que prevê a proibição do emprego de técnicas de arquitetura hostil nos espaços livres públicos.

O Censo Pop Rua Recife se desenvolveu no âmbito de uma parceria entre a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), no esforço conjunto de construir informações sociodemográficas sobre a PSR, para além daquelas já disponibilizadas pela vigilância socioassistencial do estado e pelos levantamentos precedentes realizados pela Gerência de Proteção Social Especial de Média Complexidade do município. Não obstante, a necessidade de adaptar os procedimentos metodológicos a cada situação, as inovações metodológicas e o caráter participativo da experiência recifense têm a tornado referência, podendo servir de modelo para outras experiências em cidades brasileiras.

No primeiro item são apresentados de forma sumária os recenseamentos da PSR já desenvolvidos em algumas cidades brasileiras, apontando suas potencialidades e seus limites. No segundo item é descrita a experiência do Recife que, como já mencionamos, se desenvolveu a partir da parceria entre a PCR e a UFRPE. No terceiro e último item são elencados alguns dados resultantes deste Censo, que estão permitindo uma caracterização sociodemográfica e uma compreensão crítica da realidade da PSR no Recife.

Contornando a “invisibilidade”: as tentativas de recenseamento da população em situação de rua no Brasil

Antes de tudo, convém delimitar o que, tanto para a experiência recifense, como para os demais recenseamentos feitos no Brasil, significa “população em situação de rua”. Trata-se de um grupo cujo delineamento em termos demográficos ainda hoje é objeto de discussões, haja vista a dificuldade quanto a definição conceitual. Seriam apenas pessoas sem domicílio que fazem das ruas seu lugar de moradia? Ou há outras privações que se vão acometendo de forma adicional ou até consequente?

Basta observar mais atentamente a realidade das ruas do Brasil para entender que as necessidades e privações das pessoas em situação de rua são várias e complexas, não dizendo respeito apenas a falta de moradia ou a pobreza extrema, mas também a degradação dos laços familiares, o uso abusivo e/ou prejudicial de drogas e, em muitos casos, o histórico de contravenções e problemas com a justiça. Em resumidas contas, as pessoas em situação de rua são exemplos eloquentes do que amiúde chamamos “excluídos”, ou, o que, mais recentemente, no campo das políticas públicas vem sendo chamado de grupo *hipervulnerável*.

O tema da exclusão social se acha difundido nos discursos midiáticos, políticos e acadêmicos de tal maneira que já se tornou um axioma. Há, na verdade, uma diversidade de formas de abordá-lo (LEAL, 2011), mas que não cabe aqui discuti-las. No entanto, vale mencionar as três principais concepções existentes no debate brasileiro, segundo a síntese proposta por Leal (2011), quais sejam: a da fragilização e ruptura dos laços sociais; a da violação dos direitos e não-cidadania; e das privações e vulnerabilidades inerentes às contradições da sociedade capitalista.

Embora admitamos que um dos atributos mais essenciais dessa sociedade capitalista e periférica seja a constante produção de desigualdades, que eventualmente levam à desagregação social, partimos da concepção da “fragilização e ruptura dos laços sociais”, visão essa surgida desde o debate francês sobre exclusão, que ficou conhecida nos trabalhos de Robert Castel (1995),

e que talvez tenha na visão de Escorel (1999) uma de suas melhores definições. Para esta autora, a exclusão social

[...] se caracteriza não só pela extrema privação material, mas, principalmente, porque essa mesma privação material ‘desqualifica’ seu portador, no sentido de que lhe retira a qualidade de cidadão, de brasileiro (nacional), de sujeito e de ser humano, de portador de desejos, vontades e interesses legítimos que o identificam e diferenciam. A exclusão social significa, então, o não encontrar nenhum lugar social, o não pertencimento a nenhum *topos social*, uma existência limitada à sobrevivência singular e diária (SCOREL, 1999, p. 81).

Nascimento (2003) vai além e diz que nas sociedades modernas o excluído corresponde a um grupo social “economicamente desnecessário, politicamente incômodo e socialmente ameaçador”, podendo ser fisicamente eliminado. A violência recorrente e os estigmas sociais em relação as pessoas em situação de rua, portanto, colocam-nas em estado mais-que-perfeito de exclusão social. E isso também se deve ao fato de que não há um lugar social reconhecido e valorizado para elas. São consequentemente “invisibilizadas”.

Sobre esta população, além da invisibilidade perversa, recai os efeitos do estigma e impactos de uma sociedade que atua através da política da inimizade e da aporofobia. A Aporofobia, ou a aversão aos pobres, pode ser compreendida, de acordo com Souza (2020), a partir das contribuições de Adela Cortina. Nesta perspectiva, sobre estes corpos presentes historicamente no cotidiano das cidades, pesa o estigma e tabus relacionados à impureza e destituição de sua condição de humanidade, considerados os “não assimiláveis” “aqueles que não tem nada a oferecer na sociedade de troca que vivemos [...] tornados invisíveis e estigmatizados pelos outros” (SOUZA, 2020).

Falar sobre estes processos é mais que urgente, é necessário no Brasil, onde as ações e movimentos da história recente revelam um contexto de Necropolítica em curso, ou, como alerta Leite (2020), o aprofundamento e a crescente legitimação do que a autora denomina de “biopolítica da precariedade”, que diz respeito a desconsideração dos segmentos populacionais vistos, senão como “inimigos”, como “quase inimigos”, sem direito à vida, sem direito a proteção, sem direito a dizer e a ser ouvido/a. Muito dos fatos recentes tem relação direta com a história social do Brasil, uma das últimas nações a deixar o sistema escravocrata como mediador das relações socioeconômicas. Passado orientador das relações no tempo presente que tem impacto significativo no modo como se olha e se percebe no cotidiano as experiências dos/as indivíduos, sobretudo, quando se coloca em destaque intersecções nos demarcadores de identidade como classe, raça e gênero (MIRANDA et al., 2023).

A PSR, sem moradia e sem arranjo familiar referenciado em unidade domiciliar, permanece (in)visível ao Estado. Processo estabelecido e pouco refletido, permeado de inferências do senso comum. A não consideração por parte do IBGE contribui com essa invisibilidade e exclusão. Uma das principais bandeiras do MNPR é precisamente a da visibilidade. O decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 representou uma conquista neste sentido, uma vez que transformou a PSR em sujeito de direitos. O referido decreto instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento dessa política, buscando promover o acesso da PSR aos serviços de saúde, educação, moradia e assistência social. Um dos objetivos da PNPSR diz respeito a instituição da contagem oficial da PSR (inciso III do

Artigo 7º³, esforço esse que tem sido feito de forma ainda incipiente no âmbito nacional, conforme demonstramos na introdução. Na esfera local, por sua vez, as iniciativas são pontuais e diversas.

As primeiras cidades a realizarem estimativas da PSR foram São Paulo e Porto Alegre, no início da década de 1990. Mas a primeira a produzir um censo foi Belo Horizonte, em 1998. Nessa pesquisa inédita, considerou-se PSR como um

[...] segmento da população de baixa renda, em idade adulta que, por contin- gência temporária ou permanente, pernoita em logradouros públicos, tais como praças, calçadas, marquises, baixios de viaduto, em galpões, lotes vagos, prédios abandonados e albergues públicos (BELO HORIZONTE, 1998, p. 6)

Tal definição considerou ainda as crianças e adolescentes acompanhados pela família. Tratou-se, pois, de uma definição ligeiramente diferente daquelas utilizadas nas experiências posteriores. No Recife, por exemplo, o primeiro censo afirmava que a PSR correspondia a um

[...] grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desen- volvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular (RECIFE, 2006, p. 6)

O primeiro Censo do Recife foi conduzido pela antiga autarquia municipal vinculada à Secretaria de Assistência Social, conhecida como Instituto de Assistência Social e Cidadania (IASC)⁴, contando com o apoio da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR). Em ambos os casos, Belo Horizonte e Recife, o recenseamento foi feito em poucos dias (5 dias de janeiro/1998 e 7 dias de novembro/2005, respectivamente), em um período específico do ano, do qual se acreditava ser o melhor para retratar a PSR.

No Recife, o trabalho de contagem foi feito mediante o aproveitamento de informações obtidas pelos trabalhadores da assistência social e de pesquisas precedentes, do qual se pôde estabelecer os “pontos de concentração” para per noite da PSR⁵. No caso de Belo Horizonte, o estabelecimento desses pontos se deu pela equipe de recenseadores contratados para o propósito do censo. Depois disso, foram estabelecidos trajetos através dos quais os pesquisadores deveriam percorrer para a realização da contagem, tomando-se o cuidado de não sobre notificar. As duas pesquisas foram realizadas a noite, que é quando a PSR costuma se recolher para dormir.

As experiências de Belo Horizonte e do Recife foram apoiadas pelo MDS, na perspectiva de se criar algumas diretrizes para construção do primeiro Censo nacional, que seria conduzido pelo IBGE. Mas a primeira pesquisa nacional aconteceu entre 2007 e 2008, em uma quantidade muito menor de municípios. Nessa pesquisa, repetiu-se a metodologia utilizada em Belo Horizonte e Recife, do qual se buscou estabelecer os pontos de concentração da PSR no mapa das cidades e,

³O Artigo 13º (reescrito pelo Decreto Nº 9.894, de 2019, como Artigo 8º) afirma que o IBGE e o IPEA devem prestar apoio no acompanhamento e monitoramento do Comitê Intersetorial, o que implica a produção e o fornecimento de informações necessárias a esse trabalho. Contudo, apenas o IPEA vem divulgando estudos sobre a PSR, com base no CensoSuas, conforme mencionamos na introdução.

⁴O IASC desenvolveu em 2004 um levantamento da PSR baseado na definição do “Programa Travessia”, no qual considerava as pessoas com laços familiares fragilizados e que dormiam ao menos uma noite por semana nas ruas.

⁵No Recife, os pontos de concentração correspondiam aos logradouros estabelecidos em pesquisas precedentes, como a que foi conduzida pela Fundação Joaquim Nabuco e o IASC em 2003 sobre jovens em situação de vulnerabilidade social.

depois, estabelecer trajetos para o trabalho de contagem pelas equipes de recenseadores. Nesse caso, apesar da coordenação da pesquisa ter sido feita por uma empresa privada contratada para esses fins (o Instituto Meta), houve uma intensa participação de educadores sociais e de ativistas que já trabalhavam com a PSR em diferentes municípios.

As experiências recentes de realização do Censo em Capitais e Regiões Metropolitanas, a citar São Paulo (2019, 2021), Rio de Janeiro (2020) e Fortaleza (2021), vêm sendo desenvolvidas a partir da contratação de consultoria em pesquisa. Por se tratar em todos os casos recentes da mesma consultoria, já há uma proposta metodológica bem definida para a realização dos levantamentos censitários. No entanto, em todos estes casos, há uma série de questionamentos sobre os dados obtidos, na maior parte das vezes em decorrência da não consideração de características e dinâmicas locais para a distribuição e circulação da PSR nestas cidades, ausência de diálogo e construção coletiva com trabalhadores/as que implementam as políticas públicas, com os movimentos sociais e com a sociedade civil.

Censo Pop Rua Recife: uma parceria entre universidade, movimentos sociais e a gestão pública municipal

Como recensear uma população não-domiciliada sem incorrer em sub ou sobre enumeração? Além disso, como garantir o envolvimento de diferentes agentes e a participação popular na construção solidária de informações sobre um grupo tão vulnerável, de modo que tal experiência contribua com a promoção de direitos? Essas foram as questões norteadoras que impulsionaram todas as etapas da construção do Censo Pop Rua Recife.

O percurso metodológico desenvolvido foi marcado por experimentações, pela participação popular e pela escuta atenta dos anseios e desejos do MNPR e dos/as trabalhadores/as da assistência social e da saúde da cidade do Recife. Todas as etapas foram planejadas e executadas a partir dos saberes dos/as trabalhadores/as, dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil. Portanto, a pesquisa foi desenvolvida por muitas mãos, olhares e corpos, em processos de “aquelombamento” (parafraseando Conceição Evaristo), porque buscava assumir uma posição contra-hegemônica em relação às práticas mais tradicionais de se fazer ciência e produzir dados sociais (MIRANDA et al, 2023). Quanto aos aspectos éticos, os coordenadores do projeto deram entrada no registro junto ao Comitê de Ética da instituição, e buscou resguardar os direitos da pessoa em situação de rua, assegurando-lhe o termo de consentimento e livre esclarecimento na ocasiões das entrevistas.

Ciente das dificuldades de se obter informações relativas a um grupo populacional cujos direitos são tão violados, e para os quais o cotidiano é sempre atravessado pelas aflições e angústias das ruas, a equipe também buscou fazer com que a coleta de dados fosse breve e objetiva. Essa escolha também se justifica em razão das diferentes condições socioespaciais dos territórios da cidade, que nem sempre ofereciam segurança e conforto para os/as recenseadores/as. Por isso, a pesquisa foi dividida em duas grandes etapas: a primeira, subdividida em mais duas fases, buscava construir uma cartografia social dos pontos de concentração da PSR na cidade, e a contagem total (recenseamento) das pessoas em situação de rua; na segunda etapa foi desenvolvida uma pesquisa amostral, cujo escopo foi o de revelar o perfil sociodemográfico dessa população (Quadro 1).

Quadro 1: Etapas do Censo Pop Rua Recife

Etapa		Descrição	Período
Primeira etapa	Cartografia	Mapeamento participativo dos pontos de concentração da PSR na cidade, construção dos instrumentais de pesquisa e definição dos trajetos de campo	19 de agosto a 21 de outubro de 2022
	Recenseamento	Contagem noturna da PSR nas ruas e nas unidades de acolhimento	25 a 28 de outubro de 2022
Segunda etapa: Pesquisa amostral sociodemográfica		Pesquisa sociodemográfica com amostra equivalente a 27% da população total recenseada	14 de dezembro de 2022 a 16 de janeiro de 2023

Elaboração: os autores, 2023

Seguindo a experiência do Recife e de outras capitais, o recenseamento foi feito em poucos dias, no turno da noite, que é quando a maior parte dessas pessoas se recolhem em certas localidades da cidade para descansar e dormir. Para tanto, foi construída de forma solidária uma cartografia, com a qual era possível identificar os chamados “pontos de concentração” desse grupo populacional na cidade. A primeira proposta de mapeamento foi realizada pela equipe de pesquisadores da universidade, a partir dos cadastros e da experiência dos trabalhadores do Serviço Especial de Abordagem Social (SEAS) e do Consultório nas Ruas⁶. Tais cadastros foram compatibilizados em um único levantamento, onde foram determinadas as localizações (latitude e longitude). A compatibilização foi feita a partir de Sistema de Informações Geográficas, com uso do software livre QGis, versão 3.26.2 (MIRANDA et al, 2023).

A cartografia foi levada à validação pública em diferentes momentos, sendo finalizada em meados de outubro de 2022. Com ela foi possível construir os trajetos com o qual a equipe de pesquisadores/as e recenseadores/as se basearam para o trabalho de campo. No processo de contagem, os trajetos foram disponibilizados para as equipes por meio remoto e através de itinerários impressos, que compunham o chamado “instrumental do recenseamento”. Cada equipe, portanto, era encarregada de realizar a contagem sobre um território da cidade, tendo ido à campo com a tarefa de percorrer os pontos de concentração predeterminados (MIRANDA et al, 2023).

Um outro item do instrumental do recenseamento foi o formulário de contagem. Sua versão final foi definida em reunião coletiva entre a equipe de pesquisadores/as, o MNPR, SEAS e Consultório nas Ruas, na UFRPE, no dia 07 de outubro de 2022. Esse formulário ainda foi aprimorado depois de sua apresentação junto ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para População em Situação de Rua do Recife, no dia 14 de outubro de 2022. Dias antes do período de contagem, em 21 de outubro, foi realizada uma formação para os/as recenseadores/as, em que foi apresentada a versão final do formulário. Na ocasião também foram dadas todas as instruções para seu preenchimento integral e apresentadas as orientações gerais da dinâmica do trabalho de campo (*Ibidem*).

⁶O Serviço Especial de Abordagem Social (SEAS) e o Consultório nas Ruas são hoje os dois principais serviços públicos de atendimento da população em situação de rua, atuando nos campos da promoção da saúde e da cidadania. O SEAS corresponde ao trabalho social de abordagem e busca ativa de pessoas em situação de vulnerabilidade social ou violação de direitos (situação de rua, trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes etc.) no território. As equipes multiprofissionais do Consultório nas ruas, por sua vez, têm como objetivo promover saúde e atendimento médico ou psicossocial a pessoas em situação de rua.

O processo de contagem consistiu em uma operação complexa, envolvendo a mobilização de diferentes profissionais, ativistas e estudantes, que compunham o “pessoal do recenseamento” e das “atividades de apoio”. Conforme mencionado, a contagem ocorreu em poucos dias, sempre à noite, dentro do esforço de não incorrer em sub ou sobre enumeração. Entre os dias 25 e 28 de outubro de 2022, os/as recenseadores/as se encontraram todas as noites no Centro Pop Glória, no centro do Recife, para a concentração e organização das equipes de campo (Figura 1). Nas ocasiões, eram feitas as divisões das equipes, entregues os instrumentais e repassadas as instruções para o processo de contagem (*Ibidem*).

Figura 1: Equipe de recenseadores partindo para a pesquisa de campo em 25 de outubro de 2022;
Fotografia: Instituto Menino Miguel, 2022



Depois de dirimir todas as dúvidas, as equipes partiam para campo. Os territórios percorridos seguiram o planejamento previamente estabelecido e que levou em consideração a regionalização político-administrativa do município, sobre a qual se desenvolve o próprio trabalho da assistência social. Isto é, foram levadas em conta as chamadas Regiões Político-Administrativas (RPAs) e a quantidade de pontos de concentração identificados em cada uma delas. Na primeira noite, dia 25 de outubro, foram percorridos os pontos de concentração das RPAs 4 e 5. Na segunda noite, dia 26, foi a vez da RPA 6. No terceiro dia, 27 de outubro, foram percorridos os pontos de concentração da RPA 1. E, por fim, no quarto e último dia, foi a vez das RPAs 2 e 3. Em cada noite, foram enviados aos territórios ao menos 6 equipes, maior parte delas compostas por 4 recenseadores/as e um/a motorista (MIRANDA et al, 2023).

As equipes eram formadas por um/a profissional do SEAS, um/a do Consultório nas Ruas, um integrante do MNPR ou da sociedade civil, e um/a estudante universitário. A diversidade no interior de cada equipe visava a integração de diferentes visões sobre o fenômeno das ruas e a

avaliação sobre a possibilidade de “abordar” ou simplesmente “observar” as pessoas no âmbito de cada “cena” identificada (*Ibidem*).

Estabelecida inicialmente de forma tácita, mas depois definida conceitualmente, as “cenas” correspondiam aos lugares onde as equipes se deparavam com a PSR nos diferentes territórios da cidade. Cada cena era estabelecida pelas equipes quando da realização dos trajetos, podendo coincidir ou não com os pontos de concentração previamente mapeados. As cenas podiam ter desde uma única ou várias pessoas em situação de rua. Depois de definida conjuntamente pela equipe, um integrante realizava a coleta da localização (latitude e longitude) (*Ibidem*).

A contagem podia ser feita a partir de duas estratégias, dependendo das condições sociais e de segurança de cada cena (Figura 2). Quando as pessoas em situação de rua estavam de vigília e apresentavam abertura para o contato direto com os recenseadores, as equipes as abordavam, possibilitando o preenchimento completo do formulário de recenseamento. Porém, quando as equipes se deparavam com cenas de uso de drogas, ou simplesmente quando não havia segurança e era evidente o risco de violência, as equipes realizavam a contagem através de observação. A orientação geral era a de que fosse evitada a contagem através dessa segunda estratégia, mas a decisão sobre “abordar” ou “observar” era facultada às equipes nos territórios, depois de definidas e avaliadas as condições de cada cena (*Ibidem*).

Figura 2: Recenseadores abordando pessoa em situação de rua durante o recenseamento; Fotografia: Instituto Menino Miguel, 2022



Quando os formulários eram preenchidos apenas mediante observação, questões como cor/raça e gênero não eram assinaladas, uma vez que tais informações dependem do contato direto entre recenseador/a e recenseado/a. Seguiu-se o que prescreve a lei e a prática das pesquisas do IBGE, que é de considerar a cor/raça como um item auto declaratório. Partiu-se também do

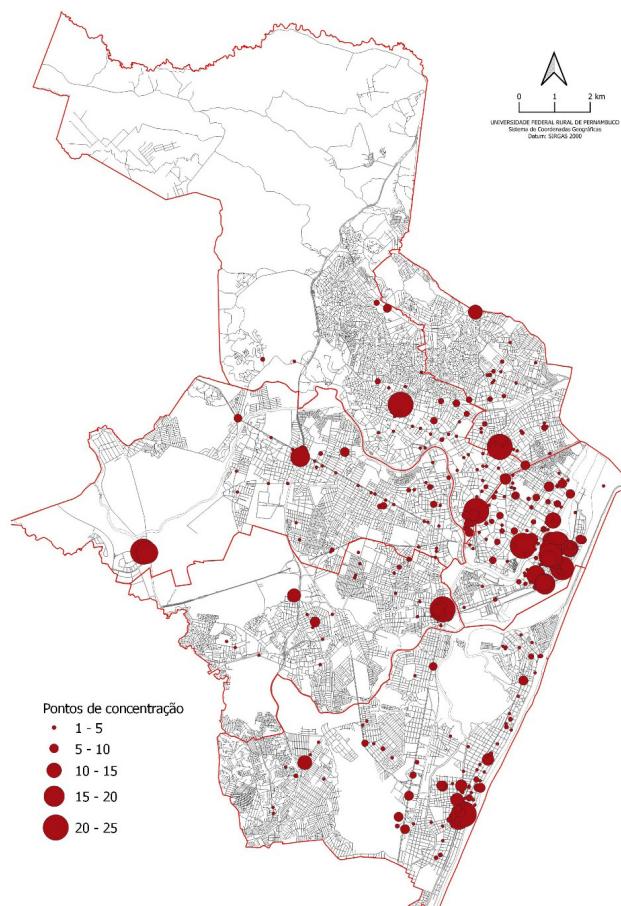
entendimento de que o esforço em discernir o gênero de alguém através do olhar configuraria preconceito. Por isso, quando do preenchimento através de observação, preferiu-se não assinalar esses dois itens (MIRANDA et al, 2023).

No retorno ao Centro Pop Glória, depois de percorrido os trajetos, as equipes entregavam os formulários preenchidos para que fosse feita a “verificação pós-campo”. Nesse momento, um dos coordenadores do projeto analisava todos os formulários, no intuito de averiguar se foi integralmente preenchido e se havia inconsistências. Depois disso, o formulário era reservado para o posterior processo de “tabulação”, que correspondeu à digitalização dos dados coletados (Ibidem).

Cabe ressaltar que nas noites de contagem, um instrumental adaptado foi enviado para as equipes gestoras das unidades de acolhimento da prefeitura, de modo a coletar informações sobre os acolhidos no dia em que ocorreu o recenseamento nas respectivas RPAs. Neste sentido, o número total contabilizado levou em conta não só aqueles que estavam efetivamente nas ruas, mas também os não-domiciliados em condição de acolhimento (Ibidem).

Depois do recenseamento, passou-se à construção metodológica da pesquisa amostral. O desenho da amostra teve por base o valor da população total de 1.806 pessoas, obtido no recenseamento (Figura 3). Desse número, 1.442 estavam efetivamente nas ruas e somente 363 estavam acolhidos em algum equipamento da prefeitura. Foi utilizado o modelo de amostragem aleatória simples, do qual foi estimado uma amostra de 490 pessoas. O grau de confiança estabelecido foi de 90%, com erro amostral de 3% para mais ou para menos (Ibidem).

Figura 3: Distribuição da PSR na cidade do Recife; Fonte: MIRANDA et al, 2023



Com base nestes critérios técnicos, a amostra foi estratificada proporcionalmente em relação a distribuição territorial na cidade, ao sexo e a idade das pessoas recenseadas. A referida estratificação não foi seguida com todo o rigor durante a aplicação dos formulários da pesquisa amostral, servindo muito mais para nortear o trabalho de campo e para evitar que algum segmento fosse sobrerepresentado na amostra, o que poderia impactar negativamente na qualidade das informações finais. Assim, foi definida uma quantidade mínima de homens e mulheres, idosos e adultos que deveriam ser entrevistados em cada RPA (MIRANDA et al 2023).

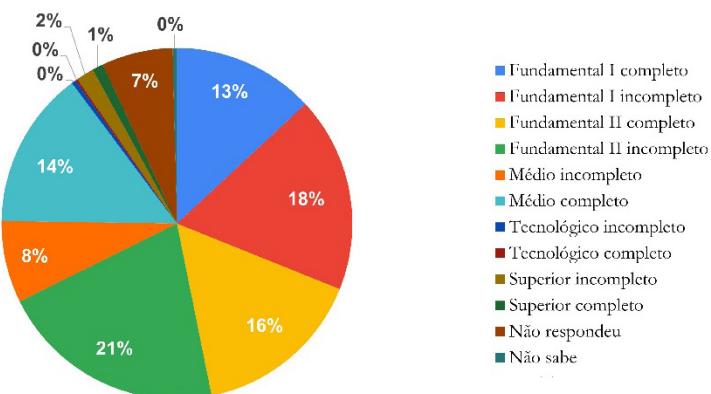
O formulário da pesquisa amostral também foi resultado de construção coletiva, tendo sido finalizado no dia 21 de novembro de 2022. As equipes de recenseadores/as foram mobilizadas para mais essa etapa, tendo recebido formação no dia 12 de dezembro de 2022. A aplicação dos formulários ocorreu entre os dias 14 e 16 de dezembro, durante a noite, nas ruas e nas unidades de acolhimento. Esse trabalho se estendeu até o dia 15 de janeiro de 2023, priorizando as pessoas que se dirigiam aos Centros Pop. Por fim, a tabulação ocorreu entre os dias 09 e 16 de fevereiro de 2023. A seguir são apresentados e muito brevemente analisados alguns dados obtidos através do recenseamento e da pesquisa amostral (*Ibidem*).

A população em situação de rua do Recife: os primeiros achados do censo

A população em situação de rua na cidade do Recife está localizada efetivamente nas ruas da cidade, fato é que quase 70% formulários foram aplicados nas ruas⁷. Neste sentido, reitera-se a percepção da urgência de se construir cidades menos hostis, com menor número e tipos de barreiras de acesso, além de ampliar o alcance, abrangência e/ou resistência dos equipamentos públicos noturnos.

Sobre a educação e profissionalização, destaca-se o fato de que aproximadamente 80% da PSR do Recife sabe ler e escrever e que 92% dessa população frequentou em algum momento a escola. Informação que revela o acesso à educação formal em algum momento da vida dessas pessoas, sendo ele interrompido ou perdido ao longo da trajetória de vida. Os dados apontam para a necessidade de se lançar luz sobre questões relacionadas às possibilidades de políticas de permanência na escola, que devem ultrapassar os indivíduos e alcançar suas famílias e territórios (Figuras 4).

Figura 4: Escolaridade da PSR no Recife; Fonte: MIRANDA et al, 2023



⁷Foram aplicados 1.806 formulários durante a fase de recenseamento. Desse montante, 1.443 foram aplicados nas ruas, e 363 em unidades de acolhimento.

As pessoas em situação de rua estão e são provenientes de contextos periféricos e de trajetórias intergeracionais de violação de direitos. Neste sentido, é sempre importante reafirmar que sociedades extremamente desiguais não são capazes de produzir condições de vida digna e partilhadas, e não há como analisar o fenômeno da PSR como algo hodierno, efeito de um ‘evento’ pandêmico, pois ele é fruto e expressão de vivências em contextos periféricos, em uma sociedade que atua sob a égide conservadora e ultra neoliberal e, portanto, deve ser analisado em uma perspectiva histórica e interseccional (MIRANDA et al, 2023).

As sucessivas crises vivenciadas na sociedade brasileira, associadas as inúmeras permanências de um passado colonial e escravocrata que “demorou em ser tão ruim”, são corresponsáveis pelas sucessivas “desfiliações” que operam ao longo da vida das pessoas em situação de rua. O que é revelado pela expressividade de indicadores de acessos a direitos anteriores a essa situação, como moradia, trabalho formal, educação, mas que em algum momento e por razões diversas foram rompidos. Associado a situação de rua opera a degradação progressiva das possibilidades de acesso, sendo, por isto, essencial o Estado e a Justiça agirem, ainda que seja fundamental o reconhecimento de ações da sociedade civil junto a PSR, principalmente as associadas à dimensão política do fenômeno (Ibidem).

No que se refere a experiência profissional, especialização, vínculo empregatício e performance em atividades laborais os dados apontam para a necessária reflexão sobre como têm sido a atuação do Estado e da sociedade em relação à qualificação profissional, seja atuando com a oferta de cursos ou se fazendo ausente na “ponte” com o mundo do trabalho. Os dados apontam um grande número de pessoas sem emprego formal, mas, que durante o dia desenvolve atividades laborais para sua subsistência (Figuras 5 e 6).

Figura 5: Desemprego e formas de ocupação da PSR no Recife; Fonte MIRANDA et al, 2023

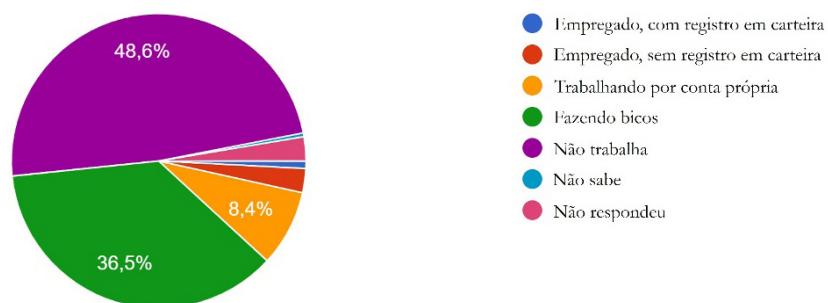
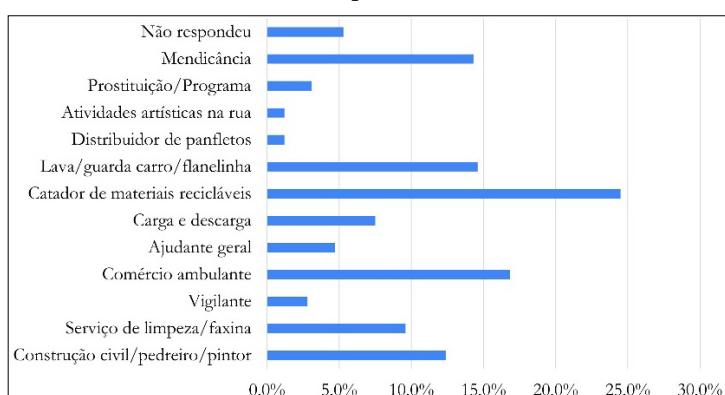


Figura 6: Tipos de atividade desenvolvidas pela PSR no Recife; Fonte: MIRANDA et al, 2023



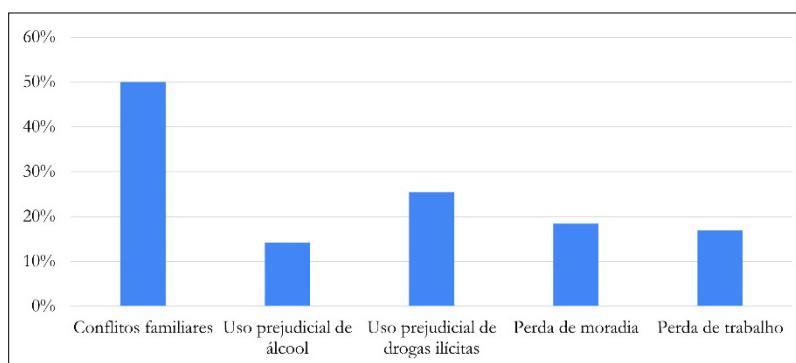
Cabe ressaltar que, para as pessoas em situação de rua, o trabalho não possui o mesmo significado atribuído pelo capital ao emprego/trabalho, uma vez que, o trabalho/emprego é fonte de ascensão social. Para o PSR, o trabalho uma é ocupação cujo papel é a sobrevivência, por isso, lavar carro, guardar carro e catar latinha (Figura 6) é um trabalho. Logo, a ideia de trabalho/emprego anunciada pelo PSR demonstra a complexidade de planejar uma formação continuada para esse público, sem considerar suas ideias. Para Coutinho (2009), trabalho é uma “atividade humana, individual ou coletiva, de caráter social, complexa, dinâmica, mutante e que se distingue de qualquer outro tipo de prática animal por sua natureza reflexiva, consciente, propositiva, estratégica, instrumental e moral”. (Coutinho, 2009, p.15)

As vidas vividas nas ruas são determinadas por muitas barreiras de acesso, seja às cidades e seus diferentes espaços, seja às políticas públicas e às instituições. De um lado, se este é um dado esperado e, em alguma medida conhecido, lançamos luz para o fato de que as barreiras de acesso estão postas também na possibilidade de vivenciar dimensões essenciais à humanização das pessoas, como vínculos familiares, afetivos e de saúde socioemocional. Neste sentido, se não provocar impacto o número de pessoas que afirmaram não ter lazer e não se “divertirem” (quase 25%), há algo errado com a compreensão sobre condições plenas de vida em sociedade. É também bastante significativo o fato de que 37% tiveram trabalho com registro em carteira há menos de 6 meses, o que provavelmente aponta para um número significativo de pessoas com vivência recente da rua. Estando em situação de rua, o trabalho vai ser exercido principalmente em atividades caracterizadas pela informalidade e pelo emprego da força.

Em relação aos ganhos e a quantidade de renda a que se tem acesso, é uma questão de difícil mensuração para a PSR. A entrada de recursos em seus orçamentos em quantidades pequenas e de forma instável talvez seja um dos fatores relacionados à dificuldade de mensuração, de quanto se ganha e, consequentemente, da possibilidade do planejamento para os atendimentos de necessidades imediatas e futuras (MIRANDA et al, 2023).

Entre as razões que levam as pessoas a começarem a dormir nas ruas permanecem os conflitos familiares como a principal causa apontada, bem como o uso prejudicial de drogas lícitas e ilícitas. Cabe destaque que esses dados não podem ser analisados em separado, uma vez que acabam compondo um conjunto de não acessos ou incapacidades que se manifestam a partir da perspectiva do conflito (Figura 7).

Figura 7: Fatores para a situação de rua; Fonte: MIRANDA et al, 2023



Estando nas ruas, é bastante complexo reverter a situação, o que pode ser demonstrado no fato de que aproximadamente 55% dos/as entrevistados/as não saíram das ruas, bem como pelo

fato de que o retorno para a família ou domicílio sem ampliação das capacidades de responder as demandas cotidianas é temporário.

Em relação aos vínculos estabelecidos com familiares, importante destacar que aproximadamente 70% das pessoas em situação de rua possuem vínculos familiares mantidos de forma mais ou menos constante. Em 35% dos casos, a frequência de contato é semanal, e, por outro lado, 78% afirmam não ter outro parente em situação de rua. Cabe ressaltar que, ao serem perguntadas se eles/elas possuíam algum familiar em situação de rua, eles diziam que não, mesmo tendo um relacionamento estável com outra pessoa em situação de rua. Dessa forma, percebemos que a ideia de família que a maior parte do PSR possui é a família biológica ou de origem

Importante o registro de que 47% da PSR do Recife é resultante de fluxo migratório, isto é, não são naturais da cidade do Recife, o que justifica a necessidade de análises ampliadas sobre fluxo e mobilidade.

Em relação ao campo da cidadania, o acesso à documentação é uma questão importante e a grande maioria das pessoas em situação de rua possuem documentos pessoais, ainda que seja necessário apontar as razões e motivos para as sucessivas “perdas” destes documentos⁸, implicando em custos relacionados às novas emissões, com destaque para o tempo gasto, seja das pessoas como das equipes responsáveis pelos encaminhamentos.

No tocante ao recebimento de algum benefício, é preciso ser destacado, e posteriormente analisado, o fato de que muitas pessoas em situação de rua, principalmente no contexto da pandemia, passaram a receber o Auxílio Brasil, o que corresponde a 43% dos casos. Serão necessários estudos sobre o impacto desse benefício que se caracteriza principalmente como acesso à renda.

No que diz respeito à passagem pelo sistema carcerário, 59% das pessoas em situação de rua na cidade do Recife não tiveram passagem pelo sistema, o que é um número bastante significativo e precisará ser analisado inclusive para romper mitos relacionados ao perfil dessa população. No entanto, o fato de que 39% dessa população teve passagem pelo sistema, nos aponta o peso dos estigmas, ausência de políticas efetivas nos pós cárcere e aponta para situações bastante complexas, a exemplo dos dispositivos de monitoramento, especialmente no caso das tornozeiras eletrônicas (MIRANDA et al, 2023).

As Unidades de Pronto Atendimento foram apontadas como a principal porta de entrada ao SUS (mais de 60%), seguidas dos postos de saúde. O que reafirma a importância da atenção básica. E, ainda, sobre a saúde, destaca-se a ausência da disponibilidade de algumas medicações de forma gratuita, fato por muitas vezes alegados pelos entrevistados durante a pesquisa amostral.

A PSR vivencia um cotidiano de insegurança alimentar e nutricional, e, em sua ampla maioria já vivenciou a fome, por não acesso completo a alimentos por algum período, isto deve mobilizar Estado e sociedade de forma muito intensa na busca de soluções permanentes, descentralizadas, abrangentes e referenciadas para esta população. Importante destacar a atuação das organizações religiosas e da sociedade civil, embora seja necessário a presença do Estado neste quesito.

Em relação à saúde, foram apontadas várias demandas, no entanto, as ligadas ao tratamento de pessoas com dependência e/ ou uso abusivo de álcool e outras drogas se destacam, o que aponta em primeiro plano, a necessidade de uma ação específica para esses casos. Os dados apontam para a necessidade de os especialistas em saúde retomarem o debate dessa situação, deslocando a discussão do campo da segurança/justiça para o cuidado/saúde.

⁸Os documentos se perdem em meio as fugas de casa, brigas familiares e tantos outros problemas.

E, por fim, ainda no campo da saúde, merece referência o fato de que aproximadamente 86% das pessoas entrevistadas afirmaram não ter contraído a COVID-19, o que provavelmente esteja associado ao fato de que houve ingestão da crise sanitária, com efeitos sobre os baixos números de testagem nos períodos mais agudos da pandemia. Por outro lado, a gestão da cobertura vacinal, deve ser apontada como causa para resultados muito significativos, quando (finalmente) as vacinas estavam disponíveis, aproximadamente 85% das pessoas em situação de rua a tomaram, apresentando atualmente cobertura vacinal completa com duas ou mais doses da vacina, no caso do Recife.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, é importante destacar dois aspectos centrais a partir da realização do Censo Pop Rua Recife: De um lado, a realização recente deste e de outros censos sobre a PSR representam a clara demonstração de que é possível recensear esta população. De outro, a riqueza e complexidade dos dados aqui demonstrados, de forma ainda preliminar, apontam para a importância da realização de pesquisas censitárias para efetivamente atuar de forma integral junto a esta população.

É preciso pensar os censos como instrumento para aprimoramento no campo da gestão e implementação das políticas públicas, acesso a direitos, mas, também, como instrumento pedagógico para letramento político e cidadão da sociedade e suas instituições, tensionando preconceitos, estigmas, mitos e colocando à luz do dia aquilo que se busca a todo custo e por tanto tempo na história esconder. Os censos têm a capacidade de romper com o discurso sobre uma população que existe e é de forma intencional encoberta sobre o discurso e a fantasia da invisibilidade.

REFERÊNCIAS

- CASTEL, Robert. **Les metamorphoses de la question sociale:** une chronique du salariat. Paris: Fayard, 1995.
- COUTINHO, M. C. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 12, n. 2, p. 189-202, 2009.
- SCOREL, S. **Vidas ao léu:** trajetórias de exclusão social. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.
- LEAL, G. F. **Exclusão social e ruptura dos laços sociais:** análise crítica do debate contemporâneo. Florianópolis: Ed da UFSC, 2011.
- LEITE, M. P. Biopolítica da precariedade em tempos de pandemia. **Dilemas:** Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 1, p. 1-16, 2020.
- MIRANDA, H. S; ANDRADE, J. A; FERNANDES, R. A. U; SANTOS, O. A. A. **A população em situação de rua em números:** relatório técnico do Censo Pop Rua Recife. Recife: EDUFRPE, 2023.
- NASCIMENTO, E. P. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, M. No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- NATALINO, M. Nota técnica Nº 103: Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2022). Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023.

SOUZA,J. Prefácio: o remédio para o ódio contra os pobres. In: CORTINA, Adela. **Aporofobia:** a aversão do pobre: um desafio para a democracia. São Paulo: Editora contracorrente, 2020.